



Faculdade
Católica
de Anápolis

*Investindo em conhecimento e
valorizando a pessoa humana*

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
BACHARELADO EM TEOLOGIA

FÁBIO CARLOS DE ARAÚJO

**EM BUSCA DA UNIDADE: ASPECTOS DO ECUMENISMO E DO DIÁLOGO
INTER-RELIGIOSO**

Anápolis-GO
2015

FÁBIO CARLOS DE ARAÚJO

**EM BUSCA DA UNIDADE: ASPECTOS DO ECUMENISMO E DO DIÁLOGO
INTER-RELIGIOSO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade Católica de
Anápolis no curso de bacharelado em
Teologia na disciplina TCC sob a
orientação do Professor Dr. Fr. Flávio
Pereira Nolêto, O.F.M.

Anápolis-GO
2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

FÁBIO CARLOS DE ARAÚJO

EM BUSCA DA UNIDADE: ASPECTOS DO ECUMENISMO E DO DIÁLOGO
INTER-RELIGIOSO

Trabalho de Conclusão de Curso defendida no curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade Católica de Anápolis, para a obtenção do título de Bacharelado, aprovado em 08 de junho de 2015, com nota 9,5 avaliada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Fr. Dr. Flávio Nolêto Pereira

Prof.

Presidente da Banca

Pe. Françoá Costa Figueiredo

Pe. Fábio Aparecido Barbosa

Dedico este trabalho a um grande sacerdote que conheci e que sempre nos estimulou a rezar pela unidade dos cristãos, Mons. Mário Cuomo que atualmente reside na Itália.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo Dom da vida e por estar sempre comigo, sem Ele nada poderia ser feito. Aos meus alunos que são o grande incentivo para meus estudos. Que meus alunos sintam sempre estimulados a aprofundar seus conhecimentos pelo estudo e pesquisa.

“A divisão contradiz abertamente à vontade de Cristo, e é escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda criatura.”
(*Unitatisredintegratio*)

RESUMO

ARAÚJO, Fábio Carlos de. Em busca da unidade: aspectos do ecumenismo e do diálogo inter-religioso– Faculdade Católica de Anápolis (FCA), Anápolis, 2015.

Este trabalho foi realizado para apresentar alguns aspectos sobre o ecumenismo, que é a relação da Igreja com os cristãos e alguns aspectos sobre o diálogo inter-religioso. Baseado nos documentos do Concílio Vaticano II e nos documentos do Magistério da Igreja o trabalho busca revelar os benefícios e os malefícios do diálogo iniciado há muitos anos e hoje em dia está sendo cada vez mais intensificado. A pesquisa resultou da combinação dos pensamentos de vários autores e certa ênfase sobre os progressos ecumênicos no Brasil através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A ênfase maior será no ecumenismo e como consequência foi tratado o diálogo inter-religioso.

Palavras-chave: ecumenismo, diálogo inter-religioso, unidade, cristãos, religiões.

Abstract

Araújo, Fabio Carlos. The Searching for the Unit: aspects of ecumenism and interreligious dialogue— Catholic School of Annapolis (FCA), Annapolis, 2015.

This work presents some aspects of ecumenism, which is the church's relationship with Christians and some aspects of inter-religious dialogue. Based on documents of Vatican II Council and on the Church's Magisterium Documents, this work reveals the benefits and harms of ecumenical dialogue that started many years ago and has intensified today. The research resulted from combination of thoughts of several authors and from emphasis on the ecumenical progress in Brazil through the National Conference of Bishops. The main emphasis will be on the ecumenism and consequently was treated inter-religious dialogue.

Keywords: ecumenism, inter-religious dialogue, unity, Christians, religions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ECUMENISMO	12
1.1 ASPECTOS PRELIMINARES	12
1.2 O DECRETO <i>UNITATIS REDINTEGRATIO</i>	14
1.3 CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS	15
1.4 MAGISTÉRIO DA IGREJA	16
1.5 A PLURALIDADE DAS RELIGIÕES	19
1.5.1 As numerosas comunhões cristãs, Igrejas e comunidades eclesiais	19
1.5.2 As Igrejas Orientais	21
1.5.3 O protestantismo tradicional	21
1.5.4 Seitas e fenômenos religiosos contemporâneos	22
1.5.5 Com quem fazemos ecumenismo?	24
2 O ECUMENISMO NO BRASIL	25
2.1 ASPECTOS PRELIMINARES	25
2.3 A CAMPANHA DA FRATERNIDADE	29
3 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	32
3.1 ASPECTOS PRELIMINARES	32
3.2 O CONSELHO PONTIFÍCIO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	33
3.3 A DECLARAÇÃO <i>NOSTRA AETATE</i>	34
3.4 ALGUNS DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO DA IGREJA	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

“Para que todos sejam um”(Jo17, 11). Este é o apelo de Jesus na Oração Sacerdotal, um fortíssimo chamado à unidade.

Hoje, num mundo tão diversificado, vemos tantas coisas positivas e negativas por causa deste pluralismo. Um ponto negativo seria a pluralidade das religiões, seitas, denominações, igrejas, comunidades eclesiais ou outros termos usados. Reconhecemos, por isso, que a busca pela unidade é um caminho muito árduo e desafiador para todos os cristãos de boa vontade que tentam corresponder ao apelo de Jesus Cristo.

Este trabalho de conclusão de curso tratará sobre o Ecumenismo. Não iremos esgotar os conteúdos e assuntos que poderíamos imaginar com relação ao tema, pois foram escritos muitos e muitos livros sobre ele como poderemos verificar na Bibliografia. Aqui gostaríamos apenas de dar um apanhado geral sobre o tema, mostrando especialmente aquilo que após o Concílio Vaticano II se pensou e escreveu sobre nossa temática.

Sabemos que o Ecumenismo é um tema muito abrangente e não é possível, nestas breves páginas, esgotá-lo. Os limites deste trabalho será tentar definir o Ecumenismo, para termos as distinções necessárias e assim compreender e mostrarmos o esforço da Igreja Universal e da Igreja no Brasil de praticá-lo. Faremos isto através dos documentos da Igreja, especialmente os do Concílio Vaticano II no Decreto *UnitatisRedintegratio*, sobre o ecumenismo, a Carta Encíclica do Papa João Paulo II *Ut unumsint*; a declaração *Dominus Iesus* da Congregação para a Doutrina da Fé e um pensamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Além disso, para exemplificarmos melhor o Ecumenismo no Brasil, trataremos do CONIC (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs).

Será tratada, de forma bem sucinta, o diálogo inter-religioso, pois além do trabalho feito com os outros cristãos, também existe um trabalho feito com os membros de outras religiões, trabalho que se assemelha muito com o ecumenismo, mas que possui seus pontos conflitantes próprios, pois quando não temos a mesma crença em Jesus Cristo, o diálogo já fica mais difícil. A abordagem se dará para eximir qualquer dúvida entre a diferença de ecumenismo e diálogo inter-religioso e mostrar que neste campo também existe grande esforço rumo à unidade, pois esta

unidade não é proposta apenas aos cristãos, mas a todos os homens de boa vontade.

Que sejamos impelidos a responder generosamente ao apelo de Nosso Senhor Jesus Cristo: “Para que todos sejam um”(Jo 17, 11).

1 ECUMENISMO

1.1 ASPECTOS PRELIMINARES

“O termo ecumenismo provém do grego *oikoumene*, que por sua vez, encontra sua raiz no substantivo *oikós* (casa, habitação) e no verbo *oikein* (habitar)” (HORTAL, 1996, p. 11).

Forma-se de ‘ecumene’, termo que significou na cultura antiga ‘o mundo habitado’ e, depois, por natural derivação, ‘o mundo civilizado’. Na Sagrada Escritura o termo coloca-se, por vezes, de matiz religioso, vindo a significar ‘o mundo de que Iahvé é o Senhor’, ‘o mundo submetido ao juízo de Deus’, ‘o mundo a vir’, o mundo dos tempos messiânicos (VILLAIN, 1962, p. VII-VIII).

Seu significado inicial era casa, habitação, ou seja, aqueles que faziam parte da mesma Igreja, da mesma casa, por isso, os Concílios foram chamados ecumênicos, não porque tinham outros membros de outras igrejas, mas porque reuniam todos da mesma Igreja. Ao longo dos anos o termo foi tomando novo significado, passando de apenas geográfico, para cultural-religioso e até político. Não iremos inserir a evolução do conceito, mas apenas o que significa nos dias atuais. EICHER (2005), faz uma completa consideração sobre a evolução do conceito ecumenismo.

No século XX o conceito ecumenismo transformou-se bastante daquele que originalmente era e passou a designar a “doutrina das iniciativas que visam a reconstrução da unidade entre os cristãos” (GUIA ECUMÊNICO, 2003, 1964). Já não se refere tanto mais aos que fazem parte da mesma Igreja, mas tem uma conotação de diálogo com os outros cristãos. A definição deixa bem claro que o ecumenismo se refere aos cristãos, então, já deixamos as outras denominações que não são cristãs e mesmo as outras duas grandes religiões o Judaísmo e o Islamismo.

“Por movimento ecumênico entendem-se as atividades e iniciativas, que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos” (*UNITATIS REDINTEGRATIO*, 1997, 4).

A Igreja nunca deixou de trabalhar e de se esforçar para procurar a unidade entre os cristãos, ela sempre soube que a falta de unidade caracteriza num grande escândalo para a própria vivência do cristianismo, entretanto, não depende apenas

de uma ou outra pessoa, cada separação possui todo um histórico bem complexo e, muitas vezes, difícil de ser vencido.

“O Batismo constitui o fundamento da comunhão entre todos os cristãos, também com os que ainda não estão em comunhão plena com a Igreja Católica” (CATECISMO IGREJA CATÓLICA, 1997, n. 1271). Podemos dizer que este sacramento une os vários cristãos que, por diversas circunstâncias, foram dispersos, seja pelo cisma ou por outras diversas formas de divisões, todavia, estão unidos pelo fundamento de comunhão que é o Batismo.

Por isso, nas seitas onde o Batismo não é válido, nem podemos dizer que há um diálogo ecumênico, pois falta o fundamento, e nós cristãos somos unidos por meio dele, seja os que estão em comunhão com a Igreja, seja os que não possuem a comunhão plena, mas mesmo assim todos os batizados possuem certa comunhão com a Igreja, mesmo se não admitem ou não aceitam..

Na nossa época surge, aqui e além, uma certa tendência para a confusão doutrinal. Por isso, é muito importante evitar, no campo do ecumenismo como também nos outros, certos abusos que possam conduzir a tal confusão ou provocar o indiferentismo doutrinal. A não observação das diretivas da Igreja nesta maneira cria um obstáculo ao progresso na busca autêntica da plena unidade entre cristãos (DIRETÓRIO PARA A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E NORMAS SOBRE O ECUMENISMO, 2000, 6).

Ecumenismo por sua vez não é um sincretismo religioso, uma mistura de várias religiões em uma única. O Concílio e os documentos posteriores lutaram contra esta visão errada, que faz com que o Ecumenismo seja visto de forma negativa. Este foi um dos motivos de muitas pessoas, dentro da própria Igreja, terem repudiado o movimento ecumênico.

“Como toda a renovação da Igreja consiste essencialmente na maior fidelidade à própria vocação, ela é, sem dúvida, a razão do movimento para a unidade” (*UNITATIS REDINTEGRATIO*, 6). A Igreja realiza o diálogo ecumênico fiel à própria vocação. Não se pode abrir mão dos pontos fundamentais da nossa doutrina ou misturar as doutrinas por causa do Ecumenismo, isto não é Ecumenismo. Devemos fazer tal diálogo com nossa fé pura, com a Verdade que está em nossa Igreja. Pois muito sincretismo foi realizado, com aparência de Ecumenismo, como acontece em muitos locais, mas não podemos ceder a estes erros. Isto só gera escândalo e muita confusão e não podemos ceder a isto, como fiéis seguidores de Jesus Cristo. Nós não somos chamados a causar escândalos, o próprio Jesus até condena aqueles que causam escândalos.

1.2 O DECRETO *UNITATIS REDINTEGRATIO*

O Decreto *UnitatisRedintegratio* sobre o Ecumenismo do Concílio Vaticano II foi promulgado pelo Papa Paulo VI no dia 21 de novembro de 1964 e, desde a sua publicação, tem sido um guia para a ação ecumênica da Igreja Católica e com base nele é que foram desenvolvidos todos os documentos posteriores. De fato, a riqueza deste documento é muito grande e foi um marco muito positivo para o desenvolvimento do diálogo ecumênico nos últimos anos.

O proêmio traz uma sobrevisão geral da relação da Igreja com as “numerosas comunhões cristãs” (DIRETÓRIO PARA A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E NORMAS SOBRE O ECUMENISMO, 2000, 1) e demonstra a ação do Espírito Santo em todos os cristãos para fomentarem a unidade entre eles.

Pois Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja. Todavia, são numerosas as comunhões cristãs que se apresentam aos homens como legítima herança de Jesus Cristo. Todos, na verdade, se professam discípulos do Senhor, mas têm pareceres diversos e caminham por rumos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido. (ibid).

Homens fundaram outras denominações e colocam-se no mesmo patamar de Cristo que sobre a herança de Israel, na pedra que é Pedro fundou a única Igreja.

O capítulo primeiro trata dos princípios ecumênicos. Com base na unidade da própria Igreja é que se pode pensar nas relações com os irmãos separados e assim fazer uma tentativa de unidade, terminando com a definição de movimento ecumênico que já citamos anteriormente. Evidenciando as várias divisões que foram feitas ao longo dos séculos na caminhada da Igreja. Não é intenção do presente documento condenar nenhum daqueles que fundaram outras denominações, mas afirma a relação com as outras igrejas sobre a verdade vivida pela Igreja de Cristo.

O segundo capítulo trata do tema na prática. O que deve ser feito para a renovação: conversão do coração, oração, conhecimento, formação e uma verdadeira cooperação. Através destes pontos é que deve manifestar-se a ação ecumênica da própria Igreja. Nos últimos anos tem-se feito muito progresso nestes pontos, de forma especial no que concerne à oração. É preciso que o coração convertido seja um coração orante e suplicante, pedindo luzes do Espírito Santo para que possam alcançar a graça da unidade. Os agentes da unidade devem ser formados e orientados para trabalharem com eficácia pela causa da unidade.

O último capítulo trata das Igrejas Orientais e Igrejas e Comunidades eclesiais do Ocidente, que estão separadas da Igreja Católica. O documento faz reconhecer as diferenças substanciais que as outras igrejas e comunidades eclesiais alcançaram ao longo das suas histórias, mas expõe os aspectos que podem ser usados para o diálogo, ou seja, o que ainda possuímos em comum. A reflexão séria deste capítulo levaria a uma mudança de opinião e de paradigmas em relação ao ecumenismo.

A infidelidade dos próprios membros da Igreja é um grande obstáculo pela procura da unidade. A desunião também é nossa culpa, por não vivermos unidos como irmãos, por não estabelecermos entre nós os laços de fraternidade. É necessário viver a unidade dentro da própria Igreja e só depois procurar a unidade daqueles que estão fora da Igreja. Será sempre este o nosso desafio.

1.3 CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS

Apresentamos um breve histórico deste dicastério da Santa Sé, que promove a Unidade entre os cristãos, mostrando o grande interesse da Igreja Católica pela unidade dos cristãos:

A 5 de junho de 1960, o Papa João XXIII criou um Secretariado para promover a Unidade dos Cristãos, como organismo preparatório do Concílio Vaticano II. Confirmado pelo Papa Paulo VI, recebeu uma nova estrutura pela Constituição Apostólica *RegiminiEcclesiaeUniversae*, de 15 de agosto de 1967. A Constituição Apostólica do Papa João Paulo II *Pastor Bonus*, datada aos 28 de junho de 1988, deu-lhe a estrutura atual trocando o nome Secretariado pelo de Conselho Pontifício.

O Conselho Pontifício está encarregado, em primeiro lugar, de promover, no interior da Igreja Católica, um espírito ecumênico autêntico, de acordo com o Decreto conciliar *UnitatisRedintegratio*. Assume esta tarefa em união com outros dicastérios da Cúria Romana, especialmente os que cuidam do diálogo com os diversos setores da sociedade (GUIA ECUMÊNICO,2003,p.127).

A Igreja se organiza de forma exemplar e dedicada à causa da unidade entre os cristãos. É uma grande preocupação da Igreja e isto exige esta grande organização. E o que guia esta ação ecumênica são os documentos do Concílio Vaticano II, especialmente o decreto sobre a unidade, como já foi apresentado.

A primeira coisa em que o Pontifício Conselho está encarregado é de promover um espírito ecumênico autêntico no interior da Igreja, é necessário que os membros da Igreja possam se conscientizar da necessidade de possuírem um

espírito ecumênico, saber do que isso se trata e se esforçar pela oração a suplicar a Deus pela unidade, só então deve-se passar para o diálogo fora da Igreja.

Importante trabalho deste dicastério foi a publicação do “Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo”, documento bastante extenso, mas bem prático, que abrange o tema à luz do Concílio Vaticano II. Foi publicado pelo então Cardeal Edward Idris Cassidy, na época Presidente deste Conselho Pontifício e seu secretário D. Pierre Duprey, no ano de 1993. A edição portuguesa vem com notas explicativas para a aplicação do Diretório aqui no Brasil.

Os objetivos deste diretório são os seguinte:

A nova edição do Diretório destina-se a ser um instrumento posto a serviço de toda a Igreja e especialmente daqueles que estão diretamente empenhados na atividade ecumênica na Igreja Católica. O Diretório procura motivá-la, esclarecê-la, orientá-la e, em certos casos particulares, dar também diretivas obrigatórias segundo a competência própria do Conselho Pontifício para a promoção da unidade dos cristãos. [...] o Diretório reúne todas as normas já fixadas para aplicar e desenvolver as decisões do Concílio e, em caso de necessidade, adapta-as à realidade atual. Reforça as estruturas que foram já preparadas para manter e orientar a atividade ecumênica a todos os níveis da Igreja. Respeitando plenamente a competência das diversas autoridades, cada uma no seu nível, o Diretório dá orientações e normas universais para a participação católica na ação ecumênica. [...] Garantirá que a atividade ecumênica, na Igreja Católica, respeite a unidade de fé e de disciplina que une os católicos (DIRETÓRIO PARA A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E NORMAS SOBRE O ECUMENISMO, 2000, 6).

Atualizando o Concílio Vaticano II e em continuidade com ele este diretório se torna como que um norte a ser seguido em relação ao diálogo ecumênico, especialmente que não se faça nada contrário à fé, ou seja, que se evite qualquer resquício de sincretismo religioso.

Atualmente, o Presidente deste Conselho Pontifício é o Cardeal suíço Kurt Koch e o secretário o arcebispo D. Brian Farrell.

1.4 MAGISTÉRIO DA IGREJA

O mundo de hoje apresenta muitas religiões, denominações; e do ponto de vista do relativismo religioso tudo está correto, quase com este slogan: escolha você a sua religião e vá tranquilo. Não podemos ceder a isto e devemos pregar a verdade, por isso, gostaríamos de expor parte do conteúdo da Declaração *Dominus Iesus*, da Congregação para a Doutrina da Fé, para que possamos compreender de forma mais clara a situação.

Falando sobre a situação das Igrejas a presente declaração inicia falando claramente da Igreja Ortodoxa e das Igrejas Orientais que não estão em comunhão com o Papa, mas que possuem a sucessão apostólica e a Eucaristia válidas, o diálogo com estas igrejas possui mais eficácia, pois os fatores de união são bem maiores do que nas outras comunidades eclesiais. Depois afirma a verdade da única Igreja de Cristo, mostrando que as divisões não podem ser tratadas como algo correto. Esta Declaração causou muito mal estar pela sua interpretação errônea e pela sua não aceitação, por parte até de católicos (TORNIELLI, 2006, p. 187).

As Comunidades eclesiais, invés, que não conservaram um válido episcopado e a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, não são Igrejas em sentido próprio. Os que, porém, foram batizados nestas Comunidades estão pelo Batismo incorporados em Cristo e, portanto, vivem numa certa comunhão, se bem que imperfeita, com a Igreja. O Batismo, efetivamente, tende por si ao completo desenvolvimento da vida em Cristo, através da íntegra profissão de fé, da Eucaristia e da plena comunhão na Igreja (*DOMINUS IESUS*, 2000, 17).

O batismo, como já foi afirmado anteriormente, é a fonte da unidade das comunidades eclesiais que não possuem a Eucaristia e a sucessão apostólica válidos, fazendo da unidade entre estas comunidades e a Igreja uma unidade imperfeita, mas ainda com aspectos de unidade.

Os fiéis não podem, por conseguinte, imaginar a Igreja de Cristo como se fosse a soma — diferenciada e, de certo modo, também unitária — das Igrejas e Comunidades eclesiais; nem lhes é permitido pensar que a Igreja de Cristo hoje já não exista em parte alguma, tornando-se, assim, um mero objeto de procura por parte de todas as Igrejas e Comunidades. Os elementos desta Igreja já realizada existem, reunidos na sua plenitude, na Igreja Católica e, sem essa plenitude, nas demais Comunidades. Por isso, as próprias Igrejas e Comunidades separadas, embora pensemos que têm faltas, não se pode dizer que não tenham peso no mistério da salvação ou sejam vazias de significado, já que o Espírito Santo não recusa a servir-Se delas como de instrumentos de salvação, cujo valor deriva da mesma plenitude da graça e da verdade que foi confiada à Igreja Católica (*DOMINUS IESUS*, 2000, 17).

Não podemos negar a ação do Espírito nestas outras Comunidades eclesiais, ação esta que pode ser até salvífica, pois os meios utilizados por Deus para a salvação são maiores do que os nossos conceitos. Deus que é infinitamente maior do que nós, não está vinculado com nossas ideias. Ele que instituiu os sacramentos como caminho mais fácil para nossa salvação é bem maior do que estes mesmos sacramentos.

Para aqueles tempos a declaração *Dominus Iesus* foi muito incompreendida e por isso motivo de crítica dentro e fora da Igreja. Alguns acharam que sua linguagem era muito dura e sem misericórdia, no entanto, o que percebemos foi uma real falta de compreensão daquilo que foi transmitido. Podemos dizer que o ecumenismo estava mal compreendido por parte dos que não interpretaram bem a declaração da

Congregação para a Doutrina da Fé e após a publicação da declaração tomou-se novos rumos para uma compreensão mais correta do ecumenismo.

Na Carta Encíclica *Ut unumsint*, do dia 25 de maio de 1995, tempos de preparação para o Grande Jubileu do ano 2000, o Papa João Paulo II trata do ecumenismo, tema este que sempre lhe foi muito caro. A Encíclica continua na mesma linha dos documentos anteriores, especialmente segue à luz do Decreto do Concílio Vaticano II. É um grande marco ecumênico do pontificado de João Paulo II.

Divide-se em três grandes capítulos: o primeiro analisa o empenho ecumênico da própria Igreja Católica, com ênfase na oração e no diálogo, mostrando que antes de qualquer tentativa se faz necessária a oração como meio para transformar os corações; o segundo trata dos frutos do diálogo, aqui damos ênfase ao crescimento da comunhão, ao progresso no diálogo e às relações eclesiais, mesmo em meio a grandes dificuldades o diálogo já produziu muitos frutos, já vistos a 20 anos atrás quando este documento foi publicado e muito mais em nossos tempos; enfim o último capítulo mostra o quanto ainda é preciso caminhar, não com base numa desânimo, mas com base numa grande esperança, pois ainda que devagar, a passos lentos, qualquer êxito no diálogo já é algo muito significativo.

O que é mais presente nesta Encíclica é a esperança de que através da boa vontade e um coração aberto a divisão entre os cristãos pode ser superada: “Estes nossos irmãos e irmãs, irmanados na generosa oferta de suas vidas pelo Reino de Deus, são a prova mais significativa de que todo o elemento de divisão pode ser vencido e superado com o dom total de si próprio à causa do Evangelho” (JOÃO PAULO II, 2004, 1).

O caminho rumo à unidade, porém, não é nada fácil e padece de muitas dificuldades, pois é necessário vencer muitas imperfeições para alcançá-lo. Este caminho terá no fim grande alegria, ao ser experimentado o grande dom da unidade. “Agradeço ao Senhor por nos ter inspirado a prosseguir pelo caminho difícil, mas tão rico de alegria, como é o caminho da unidade e comunhão entre os cristãos” (ibid, 2).

Atesta ainda que seja preciso vencer a si mesmo e pedir perdão. Não podemos apenas ficar acusando uns aos outros e dizer que os responsáveis pela falta de unidade são uns ou outros, mas inspirados pelo Espírito Santo suplicar o dom da unidade, procurando sempre buscar o que nos une e não aquilo que nos divide:

Os discípulos do Senhor, animados pelo amor, pela coragem da verdade e pela vontade sincera de se perdoarem mutuamente e reconciliarem, são chamados, com a graça do Espírito Santo, a *reconsiderarem juntos o seu doloroso passado* e aquelas feridas que este, infelizmente, continua ainda hoje a provocar. São convidados pela força sempre jovem do Evangelho a reconhecerem juntos, com sincera e total objetividade, os erros cometidos e os fatores contingentes que estiveram na origem das suas deploráveis separações (ibid, 2).

A encíclica deseja ser um contributo eficaz para a causa da unidade, sendo essencialmente pastoral, trabalhando na ação eclesial: “É também para este nobilíssimo objetivo que aponta a presente Encíclica que, na sua índole essencialmente pastoral, quer ser um contributo e apoio para o esforço de todos os que trabalham pela causa da unidade” (JOÃO PAULO II, 2004, 3).

O apelo feito por Cristo é para todos nós e devemos nos esforçar para sermos arautos da unidade.

1.5 A PLURALIDADE DAS RELIGIÕES

Podemos nos confundir quanto às diversas formas de culto religioso sob as diversas nomenclaturas, por isso, faz-se necessária uma explicação para sabermos com quem realmente há um ecumenismo real. Estas formas estão sob os nomes de: fenômenos religiosos contemporâneos, seitas, comunidades eclesiais, comunhões cristãs, Igrejas e tantas outras, que podem, muitas vezes, ser sinônimas, mas que devemos ter ao menos uma ideia clara sobre elas.

1.5.1 As numerosas comunhões cristãs, Igrejas e comunidades eclesiais

Os documentos da Igreja, especialmente os do Concílio Vaticano II, concedem estas nomenclaturas para o diálogo ecumênico, por isso iremos tratá-las juntas.

“São numerosas as comunhões cristãs que se apresentam aos homens como legítima herança de Jesus Cristo” (*UNITATIS REDINTEGRATIO*, 1). Neste ponto o documento do Concílio fala de “comunhões cristãs”, quando se dirigem às outras Igrejas cristãs.

E em nossos dias são amplamente difundidas as outras ‘Igrejas e comunidades eclesiais’, outra nomenclatura usada pelo mesmo documento, que para fazermos uma análise de cada uma seriam gastas páginas e páginas, conforme vemos no Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas Sobre o Ecumenismo,

mas não sendo este nosso objetivo apenas faremos algumas distinções e quando necessário iremos expor os nomes de algumas destas que são mais frequentes. Também o Diretório fala de Igrejas e comunidades eclesiais.

As Igrejas cristãs são:

As comunidades que reconhecem Jesus Cristo como verdadeiro Deus e verdadeiro homem, Filho unigênito do Pai Eterno; e proclamam que Ele, o Crucificado e Ressuscitado, é o único Salvador, Mediador entre Deus e os homens, Senhor glorificado do universo (DIRETÓRIO PARA A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E NORMAS SOBRE O ECUMENISMO, 2000, p. 135).

E são com estas que podemos ter um diálogo ecumênico, ao passo que, não são com todas as igrejas que se dizem cristãs que se realiza o diálogo ecumênico. Como já dissemos precisa ter o fundamento que é o Batismo e proclamar Jesus Cristo como Deus e Salvador.

É claro que só se pode realizar um diálogo ecumênico quando as duas partes são interessadas. É por isso que não é possível realizar tal diálogo com muitas outras denominações cristãs, pois elas não desejam nenhum tipo de diálogo com a Igreja Católica.

Seguindo o Guia Ecumênico, inserimos as Igrejas que batizam validamente e as que não batizam validamente:

Diversas Igrejas batizam, sem dúvida, validamente; por esta razão, um cristão batizado uma delas não pode ser rebatizado, nem sequer sob condição. Essas Igrejas são:

- 1) Igrejas Orientais [...]
- 2) Igrejas vétero-católicas [...]
- 3) Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e todas as Igrejas que formam parte da Comunhão Anglicana;
- 4) Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) e todas as Igrejas que se integram na Federação Luterana Mundial;
- 5) Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB);
- 6) Igreja Metodista e todas as Igrejas que pertencem ao Conselho Metodista Mundial (GUIA ECUMÊNICO, 2003,p. 48-49).

Segundo o Guia Ecumênico há Igrejas em que se pode duvidar da validade do Batismo, mas se a validade é comprovada, usa-se o mesmo princípio anterior, estas Igrejas são: Igrejas presbiterianas, Igrejas Batistas, Igrejas Congregacionais, Igrejas Adventistas, a maioria das Igrejas pentecostais e Exército da Salvação.

Outras igrejas devemos prudentemente duvidar da validade do batismo e outras com toda certeza batizam invalidamente.

Há Igrejas de cujo batismo se pode prudentemente duvidar e, por razão, requer-se, como norma geral, a administração de um novo batismo, sob condição: Essas igrejas são:

- 1) Igrejas pentecostais que utilizam a fórmula eu te batizo em nome do Senhor Jesus, como a Igreja Pentecostal Unida do Brasil ou a Congregação Cristã no Brasil
- 2) Igrejas Brasileiras [...]

Com certeza, batizam invalidamente:

- 1) Mórmons
- 2) Testemunhas de Jeová
- 3) Ciência Cristã
- 4) Certos grupos não propriamente cristãos, como a Umbanda (ibid,p. 49-50).

1.5.2 As Igrejas Orientais

A primeira separação que houve na Igreja foi no século V; por causa da doutrina, os nestorianos e os monofisitas saíram da comunhão da Igreja, são os chamados, de acordo com Bettencourt, heterodoxos. Com isso vemos que a unidade da Igreja estava comprometida desde os primeiros séculos.

Depois de muitas discussões e diferenças, a Igreja no Oriente, com sede em Constantinopla, separou-se no ano de 1054 da Igreja de Roma, formando assim um cisma, que ainda dura até os nossos dias, originando o que comumente chamamos de Igreja Ortodoxa. Bettencourt afirma que a questão da separação foi mais disciplinar.

Os livros de história da Igreja podem revelar outros interessantes detalhes a respeito, especialmente, do cisma do Oriente.

1.5.3 O protestantismo tradicional

Apesar de existirem algumas seitas de cunho protestante ou que popularmente são chamadas de 'igrejas protestantes', é preciso caracterizar o protestantismo tradicional separadamente, por causa das Igrejas cristãs que são nelas incluídas e com as quais é possível e de fato se faz um diálogo ecumênico. Não podemos ser extremistas em dizer que com as outras "igrejas protestantes" não podemos ter um diálogo ecumênico, mas para obtê-lo é necessário que as duas partes sejam favoráveis, e na maioria das vezes estas outras não desejam diálogo. Sobre as Igrejas tradicionais podemos dizer que:

É um movimento 'reformador' da Igreja que teve início no século XVI e hoje existe sob a forma de centenas de denominações independentes umas das outras.

O tradicional compreende três grandes comunidades:

- a luterana, derivada de Martinho Lutero (1483-1546), que começou a se insurgir contra a autoridade da Igreja em 1517;
- a calvinista (que absorveu o zwinglianismo ou a reforma de Ulrico Zwinglio em Zúrich, Suíça), movimento afim ao de Lutero, empreendido por João Calvino (1509-64) em Genebra, Suíça;
- a anglicana, na qual distinguem a *High Church* (Alta Igreja) e a *Low Church* (Baixa Igreja) (BETTENCOURT, 1999, p. 19).

1.5.4 Seitas e fenômenos religiosos contemporâneos

O Guia Ecumênico diz que a palavra seita significa etimologicamente, uma coisa separada, cortada (do latim *secta* = cortada).

Na atualidade, dentro do campo religioso, entendem-se como seitas grupos confessionais reduzidos, com forte sentimento exclusivista e elitista. As seitas pretendem ter o monopólio absoluto da salvação, sem nenhuma possibilidade para os que se encontram fora delas, mesmo de boa-fé. Consequentemente, costumam ser muito ativas na propaganda de suas ideias, desenvolvendo forte ação proselitista, com métodos, pelo menos, duvidosos. Também por isso, não participam, sob nenhuma hipótese, de atividades de cunho ecumênico (GUIA ECUMÊNICO, 2003, p. 341).

Vemos o perigo das seitas, chegam a ser praticamente fundamentalistas, e assim não se tem nenhum tipo de diálogo com elas, pois elas aceitam apenas a própria verdade, não vivem a humildade que Cristo pregou e muitas vezes a grande missão deles é lutar contra a Igreja Católica. O que interessa para eles é aumentar o número de fiéis para assim aumentarem os rendimentos financeiros das mesmas.

O documento do CELAM, em Santo Domingo, fala de maneira forte, mas verdadeira sobre, estas seitas e com muita propriedade:

As seitas fundamentalistas são grupos religiosos que insistem em que só a fé em Jesus Cristo salva e que a única base da fé é a Sagrada Escritura, interpretada de maneira pessoal e fundamentalista, portanto com a exclusão da Igreja, e a insistência da proximidade do fim do mundo e do juízo próximo¹ (CELAM, 1994, p. 669).

Alguns exemplos destas seitas nos dias atuais, podemos dizer que são as igrejas pentecostais e neo-pentecostais como: Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus, Árvore da Vida, Adhonet, dentre outras várias, até milhares de denominações, como fala BETTENCOURT e AQUINO.

Na linguagem comum, porém, fala-se de *seita*, entendendo-se por este vocábulo um agrupamento religioso de número restrito de fiéis que aderem às revelações feitas a seu fundador ou, ao menos, aos ensinamentos que este entregou aos seus discípulos; tais revelações ou tais ensinamentos são tidos como absolutamente necessários para se entender a Escritura Sagrada, nas seitas protestantes (BETTENCOURT, 1986, p. 277).

Dentro destas seitas em seu livro *Falsas doutrinas, seitas e religiões* o Prof. Filipe Aquino trata de muitas correntes ou fenômenos religiosos contemporâneos que podemos elencar neste ponto. Não vou fazer um aprofundamento neles, mas

¹Tradução nossa. Original: Las sectas fundamentalistas son grupos religiosos que insisten en que solo la fe en Jesucristo salva y que la única base de la fe es la Sagrada Escritura, interpretada de manera personal y fundamentalista, por lo tanto con exclusión de la Iglesia, y la insistencia en la proximidad del fin del mundo y del juicio próximo.

apenas citá-los como exemplos para melhor compreendermos como cresce seu número.

Cabe distinguir várias correntes ou tipos de fenômeno:

- a) Formas paracristãs ou semicristãs, como Testemunhas de Jeová e Mórmons. Cada um destes movimentos tem suas características, mas em comum manifestam um proselitismo, um milenarismo e traços organizativos empresariais;
- b) Formas esotéricas que buscam uma iluminação especial e compartilham conhecimentos secretos e um ocultismo religioso. Tal é o caso de correntes espíritas, Rozas-cruzes, gnósticos, teósofos, etc.;
- c) Filosofias e cultos com facetas orientais mas que rapidamente estão adequando-se ao nosso continente, tais como Hare Krishna, a Luz Divina, Ananda Marga e outros, que trazem um misticismo e uma experiência [sic!] de comunhão;
- d) grupos derivados das grandes religiões asiáticas, quer seja do budismo (seicho no iê, etc.), do hinduísmo (yoga, etc.), ou do islã (baha'i) que não só atingem migrantes da Ásia, mas também plantam raízes em setores de nossa sociedade;
- e) Empresas sócio-religiosas, como a seita Moon ou a Nova Acrópolis, que têm objetivos ideológicos e políticos bem precisos, junto com as expressões religiosas, levadas a cabo mediante meios de comunicação e campanhas proselitistas, que contam com o apoio ou inspiração do primeiro mundo, e que religiosamente insistem na conversão imediata e na cura; é onde estão as chamadas "igrejas eletrônicas";
- f) Uma multidão de centros de "cura divina" ou atendimento aos mal-estares espirituais e físicos de gente com problemas e de pobres. Esses cultos terapêuticos atendem individualmente a seus clientes (AQUINO, 2005, p. 34).

É certo que com estes tipos de fenômenos religiosos não se pode ter um diálogo ecumênico, pois seus objetivos são tão diferentes e tão alheios à religião, que entendemos ser a intenção delas de acabar ou mesmo anular a ação religiosa, sem falar que não possuem o fundamento do cristianismo, o Batismo.

O Papa João Paulo II falando das seitas diz: "A expansão dessas seitas constitui uma ameaça para a Igreja Católica e para todas as comunidades eclesiais com quem ela mantém um diálogo"(JOÃO PAULO II, 2003, 50). No contexto do número citado o Papa alerta para onde for possível que se possa fazer um diálogo ecumênico.

Ainda é válido um alerta feito pelo Prof. Filipe Aquino com base em outros documentos:

O CELAM (Conferência do Episcopado Latino Americano), apresentou, em 1990 um documento elaborado pelos protestantes, que mostra as estratégias para tornar o mundo inteiro protestante. É o projeto AMANHECER, sagaz e inteligente, com 48 páginas, publicado por Jim Montgomery, gerente-editor de GLOBAL CHURCH CROTH BULLETIN e diretor da OVERSAS CRUSADES, com sede na Califórnia. O AMANHECER traz o subtítulo de 'Estratégias Evangélicas para a Tomada Missionária do Mundo e da América Latina'. Na época, o CELAM alertou os bispos dizendo:

É necessário que tomemos consciência da existência de uma estratégia evangélica bem arquitetada para a tomada missionária da América Latina,

país por país. O que importa unicamente, é crescer em número de fiéis e templos (Revista Pergunte e Responderemos, n. 333/1990, pp. 78-87)(AQUINO, p. 36).

Este é um grande perigo não apenas para a Igreja, mas para aquelas pessoas que por sua inocência ou ignorância deixam-se levar por uma falácia muito conquistadora dos dirigentes destes projetos. A intenção deles não parece ser a salvação das almas de seus fiéis, mas unicamente a destruição da Igreja, por este motivo e tantos outros eles nem merecem o título de igreja, nem mesmo com letra minúscula.

Dada a complexidade deste problema, desenvolvemos mais este tema das seitas e dos fenômenos religiosos, uma vez que eles são mais presentes e mais próximos de nós do que as Igrejas Orientais, mas saliento que o patrimônio Oriental é bem mais rico e por isso mereceria um destaque em outro trabalho.

1.5.5 Com quem fazemos ecumenismo?

Depois de apresentarmos cada uma das divisões e separações da Igreja Católica, precisamos esclarecer com quem podemos fazer ou não ecumenismo e tentar dar uma justificativa, se ainda não ficou claro nas exposições acima mencionadas.

O ecumenismo é feito apenas com os cristãos, no entanto, existem muitas dificuldades para definir a forma correta: como fazer e com quem fazer. Algumas citações poderão dar-nos uma luz.

Dentro do novo pluralismo religioso em nosso continente, não se tem diferenciado suficientemente os cristãos que pertencem a outras igrejas ou comunidades eclesiais, tanto por sua doutrina como por suas atitudes, dos que fazem parte da grande diversidade de grupos cristãos (inclusive pseudo-cristãos) que se têm instalado entre nós. Isso porque não é adequado englobar a todos uma só categoria de análise. Muitas vezes não é fácil o diálogo ecumênico com grupos cristãos que atacam a Igreja Católica com insistência (DOCUMENTO DE APARECIDA, 1997, 99).

E Pe. JesúsHortal vai ainda mais longe:

Embora nos capítulos anteriores já tenhamos incluído grupos que não são propriamente cristãos – Mórmons, Testemunhas de Jeová, Ciência Cristã, Meninos de Deus –, fizemo-lo porque se trata de movimentos religiosos surgidos basicamente no seio das confissões cristãs. Além desses, porém, há outros grupos que buscam sua inspiração originária em outras religiões, acrescentando alguns elementos aparentemente cristãos. Pode-se dizer, com toda a verdade, que, no fundo, são grupos neopagãos, já que lhes falta o conceito cristão de Deus, substituído, na maior parte dos casos, por idéias de cunho panteísta ou até – como no caso de alguns cultos afro-brasileiros – politeísta (HORTAL, 1996, p. 90).

Então, o ecumenismo pode ser realizado apenas com aquelas Igrejas ou comunidades eclesiais onde o Batismo é ministrado validamente, pois a característica mais básica dos cristãos é o sacramento do Batismo. E são com os batizados que podemos realizar um diálogo ecumênico.

2 O ECUMENISMO NO BRASIL

2.1 ASPECTOS PRELIMINARES

No Brasil também existem muitos esforços naquilo que diz respeito ao diálogo ecumênico e inter-religioso e também algumas obras publicadas que podem ser usadas como aprofundamento do tema, de forma especial a do Pe. Elias Woff assessor da CNBB para o diálogo ecumênico (WOLFF, 2004).

O trabalho ecumênico é bem complexo, muito mais do que podemos imaginar, mas a CNBB desde o início de sua abertura ao diálogo, tem feito um grande trabalho. Seguindo o autor citado a pouco, queremos expor alguns pequenos traços desta atividade ecumênica.

Percebemos então que o ecumenismo seria:

O despertar da consciência ecumênica no episcopado brasileiro mostra que a unidade não se forma primeiro internamente, para depois ir ao encontro da outra parte. É um processo que acontece na relação entre os que buscam a unidade (WOLFF, 2004,p. 73).

Buscar uma total unidade interna é algo muito difícil, pois cada pessoa possui suas convicções, formação e pensamentos em relação ao que é a unidade, não que estamos querendo relativizar o conceito unidade, mas fazer um trabalho paralelo seria algo muito importante: buscar a unidade interna e o diálogo com os de fora que buscam o mesmo. Infelizmente são poucos os agentes da unidade, tanto de um lado quanto de outro, isto dificulta e muito o trabalho em busca da unidade, mas não deve obscurecer ou fazer desanimar as forças em prol da unidade dos cristãos.

Ainda é válida a citação que o autor faz do Comunicado Mensal da CNBB:

O que nos preocupa e empenha na pastoral ecumênica é não aliciar os irmãos separados a ingressar em nossa Igreja institucional, mas convidá-los a sondar conosco os desígnios de Jesus Cristo, caminho, verdade e vida (cf. Jo 14, 6), luz de todos os povos (LG 1, 1). Em Cristo, princípio e fim (cf. Ap. 1,8.18), por quem, em quem e para quem tudo foi feito e tudo existe (cf. Cl 1,16s), é que encontraremos a unidade da fé, da esperança, da

concordia e do amor (COMUNICADO MENSAL DA CNBB *apud* WOLFF, 2004 p. 75).

Se até agora não ficou claro, que fique a partir daqui, a intenção do diálogo ecumênico, não é que todos façam parte da Igreja institucional, mas que todos professem a mesma fé que nós professamos na Trindade e em Cristo Jesus nosso Senhor e Salvador e se a consequência for a inserção deles na Igreja Católica, então que Deus seja louvado por isso. Esta conclusão pode ser tirada após vermos tantas e tantas coisas sobre o empenho ecumênico.

Para São João Paulo II:

Não se trata, neste contexto, de modificar o depósito da fé, de mudar o significado dos dogmas, de banir deles palavras essenciais, de adaptar a verdade aos gostos de uma época, de eliminar certos artigos do “Credo” com o falso pretexto de que hoje já não se compreendem. A unidade querida por Deus só se pode realizar na adesão comum ao conteúdo integral da fé revelada (*Ut unumsint*, 18).

E também podemos pensar que “é missão das Igrejas não se apresentar a si mesmas ao mundo, mas sim revelar Cristo Jesus que, vindo ao mundo, ilumina todo ser humano (cf. Jo 1,9)” (Wolff, 2004, p. 76).

Em relação ao início do diálogo ecumênico da CNBB, podemos ainda citar as palavras dos observadores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que saíram no Comunicado Mensal 293 de 1977, reconhecendo o esforço do diálogo ecumênico e seus frutos ao longo dos tempos:

Felizmente passou a época em que o ecumenismo significava tão-somente um diálogo e processo de aproximação mútua das Igrejas. Agora se delineiam muito mais a perspectiva e a necessidade de assumirmos juntos a missão e trilharmos uma caminhada “comum”... Não apenas professarmos a fé no mesmo Cristo, como também vivermos no mesmo País, no mesmo contexto cultural, econômico, social e político. Os desafios serão os mesmos à medida que nos colocarmos na perspectiva do Cristo solidário, sofredor e salvador [...] a proclamação e a ação em resposta aos desafios igualmente tenderão a ser as mesmas, à medida que [...] nos situarmos em meio ao povo igualmente sofredor, mas na busca da libertação (ibid, 78).

A CNBB continuou concretamente este plano ecumênico nos planos de evangelização.

Existem grandes problemas a serem enfrentados no que diz respeito ao diálogo ecumênico. A falta de interesse e, muitas vezes, a transposição daquilo que está nos discursos para a vida prática das comunidades:

Assim, existe um grande distanciamento entre a consciência ecumênica explicitada nos documentos e discursos e as estruturas efetivas que garantam a conscientização dessa consciência (ibid, 117).

Também existe a contraposição entre o ecumenismo dito oficial pelos pastores de almas e o ecumenismo dito popular.

Os bispos precisam esforçar-se na própria formação ecumênica e na de seus sacerdotes, assim, os sacerdotes bem formados podem formar suas ovelhas para este grande desafio que é o diálogo ecumênico. Todos devem sentir-se convocados a este trabalho, a esta ação pela unidade, não simplesmente por ser um mandato da Igreja, mas sim para responderem ao apelo que Jesus fez pela unidade.

2.2 CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS CRISTÃS

No Brasil existe o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), composto de cinco Igrejas e que juntas desenvolvem um trabalho em prol da unidade dos cristãos.

O CONIC foi fundado em 1982. Define-se como uma associação fraterna de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador. Sua missão é servir às Igrejas cristãs no Brasil, na vivência da comunhão em Cristo, na defesa da integridade da criação, promovendo a justiça e a paz para a glória de Deus. Atualmente, fazem parte do CONIC: Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia (CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA, 2010, p. 13).

É preciso louvar esta atitude das Igrejas cristãs no Brasil de se unirem para fazerem uma ação em conjunto e assim caminharem, ainda que a passos pequenos, rumo à unidade tão querida por Jesus e por nós.

O CONIC, juntamente com a CNBB, realizaram por três vezes a Campanha da Fraternidade Ecumênica e se preparam para realizar a quarta edição no próximo ano.

Falaremos um pouco sobre as Igrejas cristãs que, atualmente, fazem parte do CONIC, como é apresentado no Texto Base da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010:

Igreja Católica (IC) A Igreja Católica é Apostólica, pois fundada por Jesus Cristo, sobre o alicerce dos Apóstolos. Por ter sua sede principal em Roma, onde pregaram o Evangelho e foram martirizados os apóstolos Pedro e Paulo, a Igreja é também designada como Romana. A sede de Roma, desde os primórdios do cristianismo, é reconhecida como aquela que preside na caridade e procurada por outras igrejas locais do Oriente e do Ocidente, para serem confirmadas na fé e reconhecidas na comunhão católica.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com sede em Porto Alegre-RS, tem seu fundamento em Jesus Cristo e na fé apostólica.

Na Reforma da Igreja iniciada por Martinho Lutero no século 16, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana constituiu-se em comunidades separadas da Igreja Romana, afirmando com ênfase que o ser humano é salvo por graça e fé e não por obras meritórias. O luteranismo chegou ao Brasil em 1824 com a imigração alemã e, embora tenha permanecido mais concentrado no Sul e no Sudeste do Brasil por mais de um século, hoje há comunidades luteranas espalhadas em todos os estados brasileiros.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) é uma província eclesiástica da Comunhão Anglicana espalhada pelo mundo. A Igreja Anglicana é uma igreja que vem desde os tempos dos apóstolos e é herdeira dos primeiros cristãos, presentes nas Ilhas Britânicas antes do século 3º. Em 1534, durante o reinado de Henrique VIII, a Igreja da Inglaterra (Anglicana) se separou da Igreja Católica Romana. A Comunhão Anglicana mantém sua base no Quadrilátero de Lambeth: Escrituras, Sacramentos, Credos e Episcopado Histórico. A base teológica sustenta-se nas Escrituras – Tradição e Razão. A presença anglicana no Brasil iniciou em 1810, com a chegada de cidadãos britânicos e depois de japoneses e missionários norte-americanos.

A Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) faz parte da Família Reformada do Protestantismo histórico e é uma das igrejas cristãs presbiterianas. Sua doutrina se baseia nas Escrituras Sagradas. A IPU foi fundada em 1978 com nome de Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (Fenip) e, em 1983, ao se filiar ao Conselho Mundial de Igrejas, passou a usar a nomenclatura atual. A IPU tem quatro características que definem sua identidade: As relações ecumênicas, o compromisso social, o pluralismo teológico e a democracia eclesiástica. Por essa razão, seu relacionamento com outras denominações e instituições religiosas é pautada no respeito e na aceitação mútua.

A Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia (ISOA) é uma das Igrejas Orientais e tem suas raízes na comunidade de Antioquia, fundada sobre o alicerce dos Apóstolos. 'Foi em Antioquia que pela primeira vez os discípulos foram designados com o nome de cristãos' (Atos dos Apóstolos 11, 26). A Igreja Síria Ortodoxa confessa a fé formulada pelo Concílio de Nicéia do ano 325 d.C., comumente conhecido como 'Credo de Nicéia', e conserva a verdadeira doutrina sobre Jesus Cristo apesar das diferenças na interpretação dessa doutrina que surgiram sucessivamente. Está presente no Brasil desde 1950 através dos imigrantes orientais (CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA, 2010, p. 3-4).

Achamos por bem os leitores saberem, ainda que seja um pouco, da história destas Igrejas que compõe o CONIC. Apesar de que nem todas estas Igrejas fundaram o CONIC. As Igrejas fundadoras do CONIC são: a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Cristã Reformada do Brasil, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Igreja Metodista.

Os objetivos do CONIC são:

Colocar-se, sob a ação do Espírito Santo, a serviço da unidade da IGREJA; estudar e refletir sobre questões teológicas que se constituam relevantes para a unidade e a missão da Igreja, nomeadamente os resultados dos diálogos interconfessionais; propiciar reflexão e tomada de posição comuns perante a realidade brasileira, confrontando-a com o Evangelho e as exigências do Reino de Deus; empenhar-se na promoção da dignidade, dos direitos e deveres da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus, em busca e a serviço do amor, da justiça e da paz; desenvolver linhas comuns de ação; favorecer o relacionamento com entidades congêneres, nacionais e internacionais; atender a outros objetivos que

correspondam à natureza do CONIC, a critério da Assembleia (GUIA ECUMÊNICO, 2003, p. 126).

São objetivos bastante complexos e muito difíceis, mas que são enfrentados com coragem e sempre guiados pelo Espírito Santo, nesta tentativa de chegarem à unidade tão querida por Jesus.

O CONIC é membro de dois outros conselhos: o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI).

Sobre a história do Conselho Mundial das Igrejas podemos dizer:

Organismo com sede em Genebra (Suíça), que congrega grande número de denominações, das mais variadas tradições.

O Conselho Mundial de Igreja (World Council of Churches, no inglês; ou Conseil Oecuménique des Églises, no francês) surgiu como resultado da convergência das Conferências Fé e Constituição (Faith and Order) e Vida e ação (Life and Work). Ele é, portanto, fruto direto do movimento ecumênico de origem protestante, na primeira metade do século XX.

Em 1937 as duas Conferências citadas, reunidas respectivamente em Oxford e Edimburgo, decidiram criar um Conselho Mundial de Igrejas (GUIA ECUMÊNICO, 2003, p. 116).

Sobre a história do Conselho Latino Americano das Igrejas podemos dizer:

União Fraternal de Igrejas evangélicas do Continente latino-americano, fundada em Huampal, Lima (Peru), em novembro de 1982. Pretende ser um lugar de encontro e diálogo, de caráter deliberativo, antes do que executivo, a fim de buscar, em espírito fraterno, os elementos básicos de um testemunho comum, para melhor expressar o amor dos cristãos pelos seus irmãos. Afirma contar com cento e cinquenta Igrejas de tradição protestante e ortodoxa na América Latina. Embora não pareça possível, por enquanto, a participação da Igreja Católica no CLAI, seria desejável um maior entrosamento entre este Conselho e o CELAM (ibid, p. 117).

Ainda poderíamos citar o Conselho Ecumênico das Igrejas, o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs, o Conselho Metodista Mundial, a Convenção Mundial das Igrejas de Cristo, mas são tantos os Conselhos que poderíamos perder-nos de nossa temática, isto apenas para demonstrar a complexidade das religiões e do ecumenismo e diálogo entre elas.

2.3 A CAMPANHA DA FRATERNIDADE

O início da Campanha da Fraternidade (CF) não foi em primeira mão nacional, mas apenas regional, em Natal (RN) e em outras três dioceses. Promovida inicialmente pelo então Administrador Apostólico de Natal, D. Eugênio de Araújo Sales, na quaresma de 1962. Depois, outras dioceses aderiram a este projeto de arrecadação de atividades assistenciais e promocionais. “Não teve êxito financeiro, mas foi o embrião de um projeto anual dos Organismos Nacionais da CNBB e das Igrejas Particulares no Brasil” (GUIA ECUMÊNICO, 2003, p. 165).

Nacionalmente foi estruturado no ano seguinte.

Este projeto foi lançado, em nível nacional, no dia 26 de dezembro de 1963, sob o impulso renovador do espírito do Concílio Vaticano II, em andamento na época, e realizado pela primeira vez na Quaresma de 1964. O tempo do Concílio foi fundamental para a concepção, estruturação e encaminhamento da CF, do Plano Pastoral de Emergência, do Plano Pastoral de Conjunto e de outras iniciativas de renovação eclesial. Ao longo de quatro anos seguidos, por um período extenso em cada um, os bispos ficaram hospedados na mesma casa, em Roma, participando das sessões do Concílio e de diversos momentos de reunião, estudo, troca de experiências. Nesse contexto nasceu e cresceu a CF (ibid).

De acordo com o Guia ecumênico, realizou-se anualmente a CF no Brasil sob a responsabilidade da CNBB e a partir de 1967 a serem feitos os subsídios mais extensos. Em 1970, iniciaram-se as mensagens do Papa para a abertura da CF na Quarta-feira de cinzas, enriquecendo ainda mais a Campanha.

De 1963 até hoje, a CF é uma atividade ampla de evangelização desenvolvida num determinado tempo (Quaresma), para ajudar os cristãos e as pessoas de boa vontade a viverem a fraternidade em compromissos concretos, no processo de transformação da sociedade, a partir de um problema específico que exige a participação de todos, na busca de alternativas de solução. É grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal de conversão, renovação interior e ação comunitária, como verdadeira penitência que Deus quer de nós em preparação à Páscoa (TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2006, 2006, p. 165-166).

Os objetivos permanentes da CF são:

Despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum;
Educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho;
Renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na Evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária (todos devem evangelizar e todos devem sustentar a ação evangelizadora e libertadora da Igreja) (ibid, 166).

Estes objetivos são bem claros e bem fundamentados. Em todos os tempos, os cristãos precisam ser faróis na busca pelo bem comum e na sociedade atual, , pois vivemos numa sociedade bem individualista e egocêntrica. Buscar a justiça e o amor é o que tanto necessitamos. Seguir a Cristo é seguir seus passos e não existe exemplo maior de justiça e de amor do que Ele. E o apelo pela evangelização é um apelo que sempre ecoa pelas vozes dos papas e de seus representantes e deve ser algo bem querido por todos nós cristãos.

Juntamente com o CONIC, desde o ano 2000, a CNBB promove a Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE), onde “os temas se voltam para a valorização da pessoa, o cuidado com a natureza e os grandes direitos dos seres humanos, compreendidos como filhos preciosos e amados do Criador” (Texto-Base

da Campanha da Fraternidade 2010, p. 16).A CFE acontece de cinco em cinco anos, já foram três: 2000, 2005 e 2010, e estão preparando a do ano que vem.

Em 2000 o tema era: 'Dignidade humana e paz':

Sua proposta foi o compromisso com o resgate da dignidade humana ferida nos porões da vida, à luz do sol e nos bastidores da política. É a nossa própria dignidade que está em jogo quando outras pessoas são humilhadas, por ações diretas contra elas ou pelas consequências das estruturas injustas que continuamos sustentando em nossa sociedade (ibid).

Na virada do milênio esta proposta era muito desafiadora e, apesar de dez anos já se terem passado, ainda lutamos para que tudo isto se concretize. Algumas coisas melhoraram e tantas outras ainda não tiveram resultado, mas temos a esperança de que os resultados virão.

Em 2005 o tema era: 'Solidariedade e paz':

O crescimento da violência, o terrorismo e as guerras frustravam as esperanças de um milênio de paz. A solidariedade, expressão viva da fraternidade que deve unir todos os humanos, foi proposta como a solução cristã e verdadeiramente humana, a atitude que deve inspirar as ações individuais e coletivas e ser a força que apaga a violência e traz a paz (TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2010, 2010, p. 16).

A solidariedade, o preocupar-se com os outros, o olhar para os outros foi uma solução pensada pela Igreja no Brasil e isto é algo bem desafiador neste mundo marcado pela constante violência e intolerância, mas a Igreja apela para as consciências não apenas dos cristãos, mas de todos os homens de boa vontade, para que vivam todos como irmãos e irmãs.

A CF deve ser mais divulgada e realmente vivida, levada a sério por nós cristãos, pois ela nos ajuda a sermos mais cristãos, a sermos verdadeiramente cristãos. Lembra-nos, especialmente no tempo da Quaresma, de que no mundo não existimos apenas nós, mas também tantas outras pessoas que merecem nossa atenção, nossa ajuda, nossa fraternidade. A CF lembra que Deus fez-nos irmãos e assim deseja que nós procedamos. Isto independente de crença, raça, situação social, localidade, devemos considerar-nos uma grande família.

A última CF Ecuemênica foi no ano de 2010 onde o CONIC e a CNBB propuseram o tema: 'Economia e vida' e o lema: "Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro" (Mt 6, 24). Não simplesmente para refletir sobre a desigualdade social e economia, mas especialmente para termos claramente em nossos corações que o seguimento de Deus obriga-nos a seguirmos e a servirmos apenas Ele, sem fazer das outras coisas concorrentes de Deus em nosso coração.

Como nos fala o texto base, o objetivo geral da CFE 2010 foi:

Colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas Cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão (ibid, p. 17).

Em 2016 o tema será: ‘Casa comum, nossa responsabilidade’; e o lema será: “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Am 5, 26).

3 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

3.1 ASPECTOS PRELIMINARES

Apesar de não fazer parte do tema Ecumenismo, trataremos sobre o Diálogo com as outras religiões, pois quando se fala de Ecumenismo quase sempre vem junto o Diálogo com as outras religiões.

Entendemos por diálogo inter-religioso o diálogo feito com os membros de outras confissões religiosas que não são cristãs, especialmente as outras duas religiões monoteístas: Judaísmo e Islamismo, as outras religiões, porém, não são excluídas. Veremos toda a problemática e o que diz os documentos mais importantes sobre este tema.

O Guia Ecumênico da CNBB diz o seguinte sobre o diálogo inter-religioso:

Todos os que admitem Deus e que guardam em suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, deseja que um diálogo aberto nos leve todos a aceitar fielmente os impulsos do Espírito Santo e a cumpri-los com entusiasmo. O desejo de tal diálogo que é guiado somente pelo amor à verdade, observada a devida prudência de nossa parte, não exclui ninguém (GUIA ECUMÊNICO, 2003, 149).

E ainda nos fala o Documento de Aparecida que:

O diálogo inter-religioso, em especial com as religiões monoteístas, fundamenta-se justamente na missão que Cristo nos confiou, solicitando a sábia articulação entre o anúncio e o diálogo como elementos constitutivos da evangelização. Com tal atitude, a Igreja, sacramento universal da salvação, reflete a luz de Cristo que ilumina a todo homem (Jo 1, 9). A presença da Igreja entre as religiões não cristãs é feita de empenho, discernimento e testemunho, apoiados na fé, esperança e caridade teologais (DOCUMENTO DE APARECIDA, 2007, 237, p. 111).

A Igreja procura unir a todos, pois Deus criou todos nós para sermos irmãos, por isso ninguém é discriminado por ela. Importante é salientar que o diálogo é guiado pelo amor à verdade, isto quer dizer que a Igreja não comunga dos erros dos

outros e não vela estes erros, mas quando se fala em diálogo o que interessa é aquilo que une as religiões.

Com um diálogo rico e bem feito, a Igreja inspira-se na oração sacerdotal de Cristo, que no momento crucial de sua vida pediu pela unidade, e nós, imitando este ideal, suplicamos ao Pai que o diálogo seja frutuoso e nos faça cada vez mais irmãos.

Podemos assinalar que as condições essenciais para um verdadeiro diálogo seriam: “a humildade, o reconhecimento do valor da alteridade, a fidelidade à tradição, a abertura à verdade e a capacidade de compaixão”(HEERDT, BESEN E COPPI, 1993, p. 210).

3.2 O CONSELHO PONTIFÍCIO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

A Constituição Apostólica *Pastor Bonus* fala o seguinte sobre este dicastério da Cúria Romana:

O Conselho favorece e regula as relações com os membros: e os grupos das religiões que não são compreendidos sob o nome cristão, e também com aqueles que de algum modo possuem o sentido religioso.

O Conselho esforça-se para que se desenvolva de modo adequado o diálogo com os seguidores de outras religiões, e favorece as diversas formas de relação com eles promove oportunos estudos e reuniões para que daí resulte o conhecimento e a estima recíproca, e para que, mediante um trabalho comum, sejam promovidos a dignidade do homem e os seus valores espirituais e morais; provê a formação daqueles que se dedicam a este de diálogo.

Quando o requer a matéria, no exercício da própria função ele deve proceder de comum entendimento com a Congregação da Doutrina da Fé e, se necessário, com as Congregações das Igrejas Orientais e para a Evangelização dos Povos.

Junto do Conselho constituída uma Comissão para promover as relações com os Muçulmanos do ponto de vista religioso, sob a guia do Presidente do mesmo Conselho (JOÃO PAULO II, 1982, 159-162).

Se o Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos se empenha para o diálogo com os cristãos, este outro Conselho Pontifício se empenha para o diálogo com as outras religiões, especialmente os judeus e os muçulmanos, como já falamos. Como é dito acima, existe neste Conselho Pontifício uma comissão especial para o diálogo com os muçulmanos. Para o diálogo com os judeus a comissão especial está vinculada ao Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

O atual prefeito deste dicastério é o Cardeal Jean-Louis Pierre Tauran e o secretário o Arcebispo D. PierLuigi Celata.

3.3 A DECLARAÇÃO *NOSTRA AETATE*

Não faremos outra coisa senão falar deste decreto com as palavras do próprio decreto, que são claríssimas quanto a este diálogo com os não-cristãos e que fala de maneira tão respeitosa e verdadeira sobre os muçulmanos e judeus.

Todos os povos constituem, com efeito, uma só comunidade: têm uma só origem, já que foi Deus quem fez habitar toda a raça humana sobre a face da terra; têm também um só fim último, Deus, cuja providência, testemunhos de bondade e desígnios de salvação se estendem a todos, até que os eleitos se reúnam na Cidade santa, que a glória de Deus iluminará e onde todos os povos caminharão à sua luz (*Nostra Aetate*, 1997, 1).

A declaração começa dizendo que as religiões estão presentes no íntimo do ser humano, por causa de uma sensibilidade a uma força muitas vezes desconhecida e que sempre se reconheceram divindades entre os povos.

Desde os tempos mais remotos e até hoje, encontra-se nos diversos povos certa sensibilidade a essa força escondida, presente ao fluxo das coisas e aos acontecimentos da vida humana, e não raro reconhece-se uma Divindade Suprema e até mesmo um Pai. Esta sensibilidade e este conhecimento impregnam a sua vida de íntimo sentido religioso. As religiões, por seu lado, ligadas ao progresso da cultura, esforçam-se por responder aos mesmos problemas com noções mais elaboradas e linguagem mais cuidada (ibid, 2).

O homem sempre tendeu a um ser que lhe fosse superior, a uma divindade, a uma força superior. Diríamos com o nosso pensamento cristão que o homem criado por Deus para o infinito não descansa até alcançar este infinito. Quase que naturalmente, o homem possui um senso religioso, ele deseja algo a mais que não encontra na obra da criação. Os vários problemas como: “Que é o homem? Qual o sentido e o fim da vida? Que é o bem e que é o pecado? Qual a origem e qual a finalidade do sofrimento? Qual o caminho para chegar à verdadeira felicidade?” (IBID, 1). E tantos outros, as religiões tentam responder, pois o homem sempre é este ser inquieto e deseja mais e mais.

Sobre o Hinduísmo diz a declaração:

Assim, no Hinduísmo, os homens perscrutam o mistério divino e exprimem-no com a inexaurível fecundidade dos mitos e com os esforços penetrantes da filosofia. Os hinduístas procuram libertar-se das angústias da nossa condição, seja através das formas da vida ascética, seja na meditação profunda, seja ainda no refúgio em Deus com amor e confiança (ibid, 2).

Sobre o Budismo fala que:

O Budismo, nas suas variadas formas, reconhece a insuficiência radical deste mundo mutável e ensina o caminho através do qual os homens, com coração devoto e confiante, poderão atingir o estado de libertação perfeita, ou chegar ao estado de iluminação suprema por meio dos próprios esforços ou com a ajuda vinda do alto (ibid).

No senso comum das outras religiões universalistas diz que:

As outras religiões universalistas esforçam-se igualmente por responder, de vários modos, à inquietação do coração humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas e preceitos de vida, como também ritos sagrados (ibid).

Como uma conclusão comum, após fazer uma abordagem quase que individualizada declara que:

A Igreja católica não rejeita nada que seja verdadeiro e santo nestas religiões. Considera com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas, que, embora em muitos pontos difiram do que ela mesma crê e propõe, não raro refletem um raio daquela Verdade que ilumina todos os homens. No entanto, ela anuncia, e é obrigada a anunciar a Cristo, que é 'caminho, verdade e vida' (Jo 14, 6), no qual os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou a si todas as coisas.

Eis porque a Igreja exorta os seus filhos a que, com prudência e caridade, por meio do diálogo e da colaboração com os membros das outras religiões, e sempre dando testemunho da fé e da vida cristã, reconheçam, conservem e façam progredir os bens espirituais, morais e os valores socioculturais que nelas se encontram (*Nostra Aetate*, 2).

Não existe maior autoridade para fazer algum comentário sobre estas religiões, hinduísmo, budismo e as outras religiões universalistas, do que o Concílio Vaticano II. Mas a Igreja, mesmo com aqueles que não se consideram seus filhos, os acolhe e os respeita de forma tão maternal, não deixa de reconhecer os erros, mas ao mesmo tempo reconhece e se alegra com aquilo de bom que as outras religiões possuem e, como fala no final, exorta que seus filhos façam o mesmo. A Igreja é mãe! E assim como as mães humanas, não desprezam os filhos de outras mães, pois ao olhar para eles lembram sempre de seus próprios filhos; assim, a Igreja não despreza os membros das outras religiões, mas está sempre pronta a acolhê-los se eles o permitirem.

A Igreja não força a ninguém, não faz proselitismo para a conversão das pessoas, trabalha na questão da evangelização, prega verdade que possui, mas no final, todos são livres para escolher o caminho que desejam seguir.

É belíssimo o texto que trata sobre os muçulmanos:

A Igreja olha com estima para os muçulmanos que adoram o Deus uno, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente, Criador do céu e da terra, que falou aos homens. Procuram submeter-se de todo o coração aos decretos mesmo ocultos de Deus, como a Deus se submeteu Abraão, a quem a fé islâmica se refere com simpatia. Ainda que não reconheçam Jesus como Deus, veneram-no no entanto como profeta. Honram Maria sua Virgem Mãe e chegam mesmo a invocá-la com devoção. Além disso, aguardam o dia do juízo, quando Deus retribuirá todos os homens ressuscitados. Têm estima pela vida moral e rendem culto a Deus, sobretudo com a oração, esmolas e jejum (ibid, 3).

O documento traz um número especialmente para os muçulmanos e para os judeus. Reconhece e louva tudo aquilo de compatível que os nossos irmãos

muçulmanos possuem com a Igreja e, não obstante os diversos problemas do passado, deseja manter uma relação fraterna e de constante diálogo com eles.

Sobre os que primeiro receberam a Revelação, que podem ser considerados os nossos pais na fé declara:

A Igreja de Cristo reconhece, com efeito, que as premissas da sua fé e da sua eleição se encontram já integrando o mistério divino da salvação, nos Patriarcas, em Moisés e nos Profetas. Afirma que todos os fiéis de Cristo, filhos de Abraão segundo a fé, estão incluídos na vocação deste patriarca e que a salvação da Igreja está misteriosamente prefigurada no êxodo do povo eleito da terra da servidão. Eis porque a Igreja não pode esquecer que recebeu a Revelação do Antigo Testamento por meio daquele povo com quem Deus, na sua inefável misericórdia, se dignou estabelecer a Antiga Aliança, como não pode esquecer que se alimenta da raiz da boa oliveira, na qual; foram enxertados os ramos da oliveira selvagem que são os gentios. A Igreja crê, de fato, ter Cristo, nossa paz, reconciliado os judeus e os gentios pela cruz, fazendo dos dois uma só coisa nele (*Nostra Aetate*, 4).

A Declaração também reconhece a estreita relação que a Igreja possui com os judeus, aqueles que receberam o Antigo Testamento, os Patriarcas e profetas e que por isso receberam a primeira revelação de Deus. Não obstante as dificuldades passadas e presentes, a Igreja sempre condenou e condena toda e qualquer forma de antissemitismo, eles são considerados os nossos irmãos mais velhos nas palavras de alguns autores.

Ainda que as autoridades judaicas, com seus sequazes, tenham determinado a morte de Cristo, o que se passou durante a sua paixão não se pode atribuir nem indistintamente a todos os judeus de então nem aos judeus do nosso tempo. Ainda que a Igreja seja o novo povo de Deus, não devemos apresentar os judeus nem como rejeitados por Deus nem como malditos, como se tais qualificações constassem da Sagrada Escritura. Todos atendam pois a não ensinar, na catequese e na pregação da palavra de Deus, o que não esteja conforme à verdade do Evangelho e ao espírito de Cristo (ibid).

São palavras claras que nos levam a refletir sobre algumas atitudes que tomamos em nosso cotidiano. A Igreja sempre procura o que há de bom em todas as pessoas, religiões e crenças, para assim fazer um diálogo saudável. Reconhece, por sua vez, os erros das mesmas, mas não procura a unidade indicando os erros, mas sim aproveitando aquilo que é bom, usando a caridade fraterna e acolhendo a todos como fez o divino mestre Jesus Cristo.

3.4 ALGUNS DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO DA IGREJA

Em relação aos que não são cristãos, podemos inserir aqui o que nos fala a Declaração *Dominus Iesus*, que já foi apresentada em um dos seus pontos, quando falamos dos cristãos. A respeito das diversas religiões fica bem claro que a Igreja

não é apenas mais um caminho de salvação ao lado de muitos, mas sim o caminho pelo qual o desígnio misterioso de Deus usa para também oferecer a salvação para os outros homens de boa vontade.

Quanto ao *modo* como a graça salvífica de Deus, dada sempre através de Cristo no Espírito e em relação misteriosa com a Igreja, atinge os não cristãos, o Concílio Vaticano II limitou-se a afirmar que Deus a dá por caminhos só por Ele conhecidos. [...] Todavia, de quanto acima foi dito sobre a mediação de Jesus Cristo e sobre a relação única e singular que a Igreja tem com o Reino de Deus entre os homens - que é substancialmente o Reino de Cristo Salvador universal -, seria obviamente contrário à fé católica considerar a Igreja como 'um caminho' de salvação ao lado dos constituídos pelas outras religiões, como se estes fossem complementares à Igreja, ou até substancialmente equivalentes à mesma, embora convergindo com ela para o Reino escatológico de Deus (*Dominus Iesus*, 2000, 21).

A declaração reconhece a existência de elementos presentes nas outras religiões que colaboram para uma preparação ao Evangelho de Cristo, enquanto outros elementos tornam-se obstáculos para alcançar uma comunhão de bens e de certa igualmente de sentido.

Não há dúvida que as diversas tradições religiosas contêm e oferecem elementos de religiosidade, que procedem de Deus, e que fazem parte de quanto o Espírito opera no coração dos homens e na história dos povos, nas culturas e religiões. Com efeito, algumas orações e ritos das outras religiões podem assumir um papel de preparação ao Evangelho, enquanto ocasiões ou pedagogias que estimulam os corações dos homens a se abrirem à ação de Deus. Não se lhes pode porém atribuir a origem divina nem a eficácia salvífica *ex opere operato*, própria dos sacramentos cristãos. Por outro lado, não se pode ignorar que certos ritos, enquanto dependentes da superstição ou de outros erros (cf. *1 Cor* 10,20-21), são mais propriamente um obstáculo à salvação (ibid).

Falando da graça da salvação, agora em relação aos que não são cristãos, a Declaração não nega a salvação destas pessoas e nem poderia, pois a Igreja não pode fazer um juízo de ninguém, apenas Jesus Cristo irá nos julgar, mas diz que é possível a salvação, mas por caminhos apenas conhecidos por Deus. Como diz o Catecismo (1997, n.1257), não nega, portanto, que o Batismo é necessário para a salvação, daqueles que conheceram a fé em Cristo. Mas também o Catecismo diz que “Deus vinculou a salvação ao sacramento do Batismo, mas ele mesmo não está vinculado a seus sacramentos” (ibid), o que explica muito bem esta afirmação de caminhos conhecidos apenas por Deus.

Com a vinda de Jesus Cristo Salvador, Deus quis que a Igreja por Ele fundada fosse o instrumento de salvação para *toda* a humanidade (cf. *At*17,30-31). Esta verdade de fé nada tira ao facto de a Igreja nutrir pelas religiões do mundo um sincero respeito, mas, ao mesmo tempo, exclui de forma radical a mentalidade indiferentista imbuída de um relativismo religioso que leva a pensar que tanto vale uma religião como outra. Se é verdade que os adeptos das outras religiões podem receber a graça divina, também é verdade que objetivamente encontram numa situação gravemente deficitária, se comparada com a daqueles que na Igreja têm a plenitude dos meios de salvação (*Dominus Iesus*, 2000, 22).

Mais uma vez, a Declaração insiste que a Igreja é instrumento de salvação da humanidade. Não podemos fechar os olhos quanto à verdade. A Igreja possui, assume e luta por esta verdade que recebeu do próprio Jesus Cristo, mas sabe dizê-la de forma a não ofender as outras religiões, conservando assim o diálogo e especialmente por causa da caridade cristã presente no meio da mesma Igreja. Mas também assume que se as outras religiões podem receber as graças vindas de Deus de um modo que não se pode especificar, que não é seguro, o modo mais seguro é a Igreja, é estar-lhe unido.

Na questão do anúncio da Palavra de Deus diz o Papa Bento XVI:

A Igreja reconhece como parte essencial do anúncio da Palavra o encontro, o diálogo e a colaboração com todos os homens de boa vontade, particularmente com as pessoas pertencentes às diversas tradições religiosas da humanidade, evitando formas de sincretismo e de relativismo (*Verbum Domini*, 2010, 117, p. 208).

O que deve ser realizado, de acordo com o Papa, é o encontro, diálogo e a colaboração em todos os aspectos que são possíveis para a boa convivência com as tradições religiosas e mais uma vez frisa que para isto não se precisa recorrer a um sincretismo ou mesmo um relativismo. Eis como o Papa considera o diálogo inter-religioso como um grande valor.

O Papa trata especialmente do Islamismo, da proximidade deles com as figuras e temas bíblicos, Abraão, Nossa Senhora, oração, esmola e jejum e fala do grande caminho de diálogo construído por São João Paulo II e que ele mesmo continuou.

Ao falar das antigas religiões e tradições espirituais diz:

Muitas vezes constatamos sintonias com valores expressos também nos seus livros religiosos, como, por exemplo, o respeito pela vida, a contemplação, o silêncio e a simplicidade, no Budismo; o sentido da sacralidade, do sacrifício e do jejum, no Hinduísmo; e ainda os valores familiares e sociais no Confucionismo (ibid, 219, p. 211).

Reconhece o que é positivo nas outras religiões e tradições espirituais sem relativizar ou ser sincretista, eis o caminho correto para um verdadeiro diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja promove o diálogo ecumênico não por capricho, mas recebeu do próprio Jesus este mandato quando Ele rezou por seus discípulos e assim por toda a humanidade, “Para que eles sejam um” (Jo 17, 11).

Reunimos diversas informações sobre a temática do Ecumenismo e assim oferecemos as verdadeiras distinções, especialmente entre Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso.

Ecumenismo é o diálogo com os cristãos e Diálogo Inter-religioso é o diálogo com as outras religiões.

Esperamos que a caminhada ecumênica continue sempre como uma das metas principais da Igreja e para que, o quanto antes, possamos restaurar esta unidade tão desejada e tão necessária.

Que os homens de boa vontade empenhem-se em viver neste mundo como irmãos, seguindo o ensinamento de Cristo, fazendo deste mundo uma grande casa de fraternidade.

Que possamos sempre dirigir ao Pai preces pela unidade de toda a humanidade e sejamos um com Cristo e o Pai, unidos pelo Espírito Santo.

Sempre considerei o diálogo algo de fundamental importância para qualquer relacionamento, de forma especial dentro da Igreja. Pesquisar e descobrir mais sobre o ecumenismo fez com que eu pudesse olhar de forma diferente para as iniciativas ecumênicas e até tentar promover estas tentativas no meu trabalho pastoral. Pude experimentar uma mudança de paradigmas e um impulso para promover o diálogo com os cristãos e as outras religiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Filipe. *Falsas doutrinas: seitas & religiões*. São Paulo: Cléofas, 2005.

BETTENCOURT, Estêvão Tavares. *Crenças, religiões, igrejas & seitas: quem são?*. Santo André: Ed. O mensageiro de Santo Antônio, 1999.

_____, Estêvão Tavares. *Diálogo Ecumênico: temas controvertidos*. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 1986.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB, Edições CNBB e Editora Canção Nova, Brasília: 2007.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Editora Vozes e Edições Loyola, 1993.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPICOPADO LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Edições CNBB-Paulus-Paulinas, 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Guia ecumênico*. São Paulo: Paulus, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Texto Base da Campanha da Fraternidade 2006*. São Paulo: Editora Salesiana, 2006.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração Dominus Iesus*. <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cf_aith_doc_20000806_dominus-iesus_po.html>, acesso em 20 de março 2015.

CONSEJO EPISCOPAL LANTINOAMERICANO. *Conferencias Generales Del Episcopado Latinoamericano, Rio de Janeiro, Medellin, Puebla, Santo Domingo, Bogotá*. CELAM, 1994.

CONSELHOS NACIONAL DAS IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. *Texto Base da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010*. Brasília: Edições CNBB, 2010.

CONSELHO PONTIFÍCO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *Directorio para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 2000.

DOCUMENTO DO VATICANO II. *Constituição Dogmática Dei Verbum*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *Declaração Nostra Aetate*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *Decreto Unitatis Redintegratio*. São Paulo: Paulus, 1997.

EICHER, Peter. *Dicionário de conceitos fundamentais de teologia*. Trad. José Rezende Costa, São Paulo: Paulus, 1993.

HEERDT, MAURI LUIZ; BESEN, José Artulino & COPPI, Paulo de. *O Universo religioso : as grandes religiões e tendências religiosas atuais*. São Paulo: Editora Mundo e Missão, 2005.

HORTAL, Jesús. *E haverá um só rebanho: história, doutrina e prática católica do Ecumenismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JOÃO PAULO II, *Carta encíclica: Redemptoris Missio*. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. *Carta encíclica: Ut unum sint*. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. *Constituição Apostólica Pastor Bonus*, art. 159-162. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-iiapc_19886028_pastor-bonus.html>, acesso em 20 março 2015.

TORNIELLI, Andrea, *Bento XVI: O guardião da fé*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.

VILLAIN, Maurice. *Introdução ao ecumenismo*. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1962.

WOLFF, Elias. *O Ecumenismo no Brasil: uma introdução do pensamento ecumênico da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2004.